ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2009

ACTA Nº 36

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas 21,30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Pedro Ramos da CDU
- Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sr. Faustino Santos do PS
- Sr. Dr. José Bracinha Vieira do PSD

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos de Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, justificou ausência à sessão de hoje, tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. António Caeiro Mestre que se encontra presente.
- Sr. Dr. José Bracinha Vieira informou, telefonicamente, da impossibilidade de estar presente por motivo de doença pelo que a sua falta é considerada justificada.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir.

Sr. Joaquim Simões, morador em Quinta do Anjo, refere que na sua freguesia os actos eleitorais se realizam em espaços privados, nomeadamente em colectividades. Tendo em conta a percentagem de abstenção havida, dever-se-á em actos eleitorais futuros ter em atenção esta situação uma vez que existem munícipes que, por uma razão ou por outra, não entram nessas mesmas colectividades e assim não votam. Apela a que sejam estudadas soluções alternativas uma vez que na sua freguesia já existem espaços públicos com condições para realizar os actos eleitorais. Ainda relativamente aos locais de voto, é inadmissível que munícipes, que habitualmente votavam num determinado local, sejam agora obrigados a votar em outras sessões de voto pelo que solicita uma reflexão sobre esta matéria.

Sr. António Faria, morador em Pinhal Novo, refere que esteve presente na última reunião de Câmara realizada, em Quinta do Anjo, juntamente com outros moradores da sua rua. Congratularam-se com a revogação do deferimento do parque de garrafas de gás que estava previsto para o local mas, segundo informações que lhe chegaram, o proprietário desse terreno pretende em vez de um parque fazer um centro de distribuição.

A Sr.ª Presidente na referida reunião disse que a revogação desse deferimento era definitiva pelo que, perante esta noiva informação, pergunta qual é a posição final da Câmara sobre o assunto.

Termina dizendo que o interesse de um particular não se pode sobrepor aos interesses dos moradores, uma vez que o direito à segurança das pessoas e bens e protecção do património são direitos fundamentais consignados para uma boa qualidade de vida.

Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à última questão refere que não há nenhuma posição diferente daquela que foi comunicada aos Srs. Munícipes.

Como é sabido o processo, numa primeira fase, foi deferido pelo Sr. Vereador porque havia um conjunto de pareceres favoráveis. Posteriormente, e depois de ter sido alertado para o tema, o Sr. Vereador deslocou-se ao local acompanhado dos técnicos, tendo proferido um despacho de indeferimento que anulou o anterior.

A Câmara mantém posição, e não conhece nenhum outro processo que esteja a tramitar nesse sentido. Importa referir que, seja qual for a sua intenção, o proprietário tem que a comunicar à Câmara e tem que se sujeitar a um processo de licenciamento. Quer seja para parque de gás ou centro de distribuição de gás a opinião da Câmara será sempre desfavorável.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Joaquim Simões, refere que é um tema que deve merecer a reflexão de todos. Aproveito para referir que em reunião com os responsáveis técnicos que acompanharam de perto todo o processo e que reuniram com as várias mesas de voto, e com os Srs. Presidentes, foi feita uma primeira reflexão que apontou para a necessidade de alertar o STAPE, que é quem faz a coordenação de todo o processo, para uma maior divulgação em termos nacionais no sentido dos cidadãos confirmarem previamente os seus locais de voto. Esse alerta seria em maioria de razão para os cidadãos que trataram do cartão de cidadão e que nalguns casos levou a alterações, nomeadamente actualização das moradas a partir do código postal. Por desconhecimento dos últimos três dígitos do código postal alguns cidadãos são remetidos, em termos de recenseamento eleitoral, para a sede da freguesia. Esse problema foi detectado sendo que a única forma de o combater será com um vasto processo de sensibilização ao qual a Câmara Municipal não se furtará. Refere que estão disponíveis, em parceria com as juntas de freguesia, para antes dos próximos actos eleitorais se fazer esse esforço de sensibilizar os cidadãos não podendo passar disso mesmo, ou seja compete às pessoas verificarem previamente qual a mesa onde irão votar para ver se há algo a corrigir. Apesar de todas as situações que aconteceram informa que, com a ajuda das juntas de freguesia, as pessoas foram encaminhadas para os novos locais de voto.

Sr. Pedro Ramos da CDU inicia participação nos trabalhos cerca das 21,46 horas.

Terminado o período de intervenção dos munícipes, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa informa que tem em seu poder, para serem apresentadas, as seguintes Moções:

- 1 Moção do Partido Socialista
- 3 Moções do Bloco de Esquerda
- 1 Moção da Coligação Democrática Unitária
- 1 Moção do Partido Social-democrata

Deste modo propõe a admissão a Moção do Partido Socialista, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

De imediato convida a bancada do Partido Socialista a apresentar a Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que o Plenário quando votou a admissão da Moção fê-lo porque a bancada do PS teve o cuidado de atempadamente distribuir as cópias. Lamenta que não tenha sido facultado pelo BE e pela CDU as Moções apresentadas para na altura da admissão poderem ser votadas. Diz que se quiserem produzi-lo tudo bem se não terão que votar contra, porque não podemos votar "a seco" sem ter conhecimento do que se trata.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que o Sr. Presidente acabou de referir que entraram seis Moções e, naturalmente como disse o Sr. Membro Miranda Lemos, "elas andam para ai a nadar" pelo que precisavam de se inteirar que Moções são estas. Por conseguinte, e ao abrigo do regimento, solicitam uma paragem para análise das Moções.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que está de acordo com a metodologia proposta pela CDU, porque para se votar e para se analisar uma Moção, há que ter um suporte em papel.

Sr. Presidente da Mesa, informa que será efectuado um intervalo de quinze minutos para análise das Moções.

Cerca das 22,05 horas foram retomados os trabalhos, dando o Sr. Presidente da Mesa a palavra à bancada do PS para apresentar a Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.
Passa a ler uma Moção sobre "Projectos de Interesse Nacional" que ficará apensa à acta.
Propõe uma pequena alteração no final do texto da Moção, onde se lê os deputados municipais do Partido Socialista deverá ler-se a Assembleia Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, refere que se entendeu o texto ficará da seguinte forma: "…assim a Assembleia Municipal faz sentir a sua preocupação …".

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que é exactamente essa alteração.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à discussão perguntando quem pretende intervir.

Sr. Carlos Guinote do BE, pergunta à bancada do Partido Socialista quais são as pressões politicas que são exercidas, por quem e a quem, uma vez que o Bloco de Esquerda tem conhecimento é que os partidos têm uma posição sobre os projectos e não correspondem a pressão politica.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar diz que irá falar, de uma forma geral, da importâncias destas obras tanto para o concelho como para o país, Sobre a linha de alta velocidade é reconhecido por todos a sua importância, não só porque se trata de uma linha de passageiros que vai ser feita, mas também de uma linha de transporte de mercadorias, do Poceirão a Caia, com a importância que tem em todos os aspectos económicos inclusivamente para a Autoeuropa que gasta muito dinheiro em transportes terrestres podendo gastar muito menos se utilizasse os transportes ferroviários.

Em relação à questão das pressões gostaria de ler um documento de 2004, que tem a fotografia da Dra. Manuela Ferreira Leite, e que diz o seguinte: *"…a construção da linha do comboio de alta velocidade o TGV, é uma prioridade Nacional que está condicionada ao aumento da contribuição comunitária, disse ontem a Ministra das Finanças…", "…tem de haver uma contribuição comunitária superior ao previsto inicialmente, disse a Dra. Manuela Ferreira Leite no Luxemburgo, no final de uma reunião de Ministros das Finanças na União Europeia em 2004, "…a Ministra mostrou-se satisfeita com o aumento proposta da Comissão Europeia de 10, para 30% da taxa comparticipação comunitária a projectos deste tipo"*. Ouvindo hoje o que diz a Dra. Manuela Ferreira Leite pergunta se isto não é uma pressão, e se não será caso para a Europa dizer: "que grandes malucos que há ali por Portugal".

Em relação ao novo aeroporto, trata-se de uma infra-estrutura necessária, uma vez que o aeroporto de Lisboa se irá esgotar em 2012/2013, para ser inaugurada na sua totalidade em 2017. Quanto aos hipócritas, esperam todos que um dia não haja um acidente no aeroporto de Lisboa para depois se reconhecer, também, por esse facto da importância de rapidamente se construir um aeroporto fora da capital de Portugal.

Quanto à Plataforma Logística, pergunta se alguém de bom senso acha que o consórcio irá fazer aquela infra-estrutura, com a dimensão que está prevista, sem as infra-estruturas do aeroporto e do TGV, da placa da linha férrea do novo aeroporto, do Poceirão para o aeroporto, para depois dar seguimento para a auto-estrada de Torres Novas e para a linha férrea de Torres Novas. Para se verificar a necessidade da Plataforma Logística é só alguém querer dar-se ao trabalho de ir aos Portos de Lisboa e de Setúbal para ver a dificuldade que os barcos têm de poder deixar ali as suas mercadorias, uma vez que não se arranja lugar ficando várias semanas em espera, devido à inexistência de uma plataforma onde se entregue a mercadoria e se possa fazer a distribuição.

Em relação a como ajudar, existem actualmente os chamados "economistas iluminados" que opinam que se deveria ajudar as empresas que não têm trabalho em vez de se fazerem estes investimentos. Só que o problema de muitas empresas é porque não há ninguém a comprar os seus produtos e porque as pessoas não têm dinheiro. Gostaria de dar o exemplo de "um iluminado", o Dr. Miguel Cadilho, que entra num banco de gatunos, e falido, e a primeira coisa que fez foi sacar dez milhões de euros e ainda tem a pouca vergonha de vir opinar para o nosso país.

Quanto à preocupação com a dívida pública, uma das coisas que se diz é que estas obras provocam uma dívida pública. Pessoalmente fica muito triste quando ouve o Presidente da Republica vir também dizer que: *"… temos que estar com muito cuidado…",* recordando que, quando o Dr. Cavaco Silva era Primeiro-Ministro foi só esbanjar.

Tudo isto vem a propósito para dizer ao Sr. Membro Carlos Guinote que as pressões vêm sobretudo de alguém que, por razões políticas, mudou de opinião mas que é do conhecimento

geral que estas obras são de grande importância, não só para a Região, para o Distrito, para a Área Metropolitana de Lisboa, para o concelho de Palmela mas para o País.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Relativamente à Moção, e às intervenções já aduzidas, gostaria de lembrar e citar o Dr. Mário Soares, que em tempos disse: "…*que só os burros é que não mudam de opinião…"*. No caso em apreço ainda bem se mudou de opinião em relação a alguns investimentos, tal como se mudou de opinião em relação ao novo aeroporto que jamais seria construído na margem sul.

Foram referidos alguns erros ocorridos no passado, nomeadamente em Governos do PSD, concordando que houve investimentos que derraparam, que houve situações que correram menos bem., só que isso não é desculpa para se repetir a dose e aumentar exponencialmente como nalguns casos aqui aduzidos.

Não considera pressões politicas negativas um debate politico democrático e salutar, considera, isso sim, mais grave é que sejam tomadas decisões em final de mandato, por qualquer governo e em qualquer circunstância, sobre situações que venham a ser debatidas no governo imediatamente a seguir e infelizmente tanto o PSD como o PS têm exemplos que aconteceram em governações anteriores.

É óbvio que existem investimentos com os quais o PSD concorda mas, há outros, que em sua opinião poderão ser ponderados sendo que a definição desta situação caberá a um debate que se quer amplo em toda a sociedade civil. Uma vez que já se gastou tanto dinheiro em estudos, e agora se diz que o TGV não vai ser rentável, se, se, diz que serão necessários seis mil passageiros dia para ser rentável entre Lisboa e Madrid, pergunta se será uma grande prioridade. A aposta nas infra-estruturas seria útil porque se estaria a investir no futuro, sabendo que alguém algures irá pagar. Lembra, em termos deste tipo de exemplos, o que passa com as scuts que eram um modelo tão bom que o próprio governo, e o ministro que disse que jamais lhes colocaria portagens, está a testar um sistema para as portajar, uma vez que os custos dispararam de tal maneira que o orçamento da antiga Junta Autónoma das Estradas não serviria para mais nada a não ser pagar esse investimento.

Termina dizendo que em sua opinião as pressões politicas desde que democráticas, são salutares porque a democracia é cada um dar a sua opinião e respeitar os outros, sendo que o respeito é algo que se conquista.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Começa por referir que pensa que nenhum dos presentes está na idade da inocência e que percebem claramente a intenção da apresentação desta Moção. É uma intenção que não é propriamente uma "guerra de comadres" e que se vai mudando de posição conforme se está no poder ou na oposição, e que ao fim ao cabo é gente que pertence ao centrão de interesses dos próprios economistas que já opinaram sobre a matéria, que são vinte e oito. Havendo muitas dúzias de outros economistas questiona o porquê dar só atenção aos economistas e, não dar atenção ao operário metalúrgico, ao professor, aos urbanistas, aos geógrafos e há tantos grupos de pressão. Ainda por cima um conjunto de economistas, que tanto quanto nos é dado saber têm grandes responsabilidades, no estado em que se encontra o país neste momento, porque de uma

forma ou de outra já fizeram parte dos vários governos que têm estado a dirigir os destinos do país nos últimos anos.

No que concerne à matéria dos chamados projectos de interesse nacional é sabido que a CDU, a região e a Associação de Municípios, vê com bons olhos tudo quanto se trata de investimento público. São adeptos do investimento que dinamize o tecido empresarial local, a criação de emprego com direitos, pelo que consideram que estes investimentos são importantes para a península e para o país. Também considera que não há projectos de interesse nacional se também não for tido em consideração o interesse local, pelo que gostariam de ver na Moção a referência a um conjunto de investimentos de obras a montante e a jusante, umas que já deviam estar feitas, outras que têm que ser feitas, variantes, circulares, redimensionamento de vias municipais, com o apoio da Administração Central e dos consórcios que para aqui trazem estes investimentos, equipamentos colectivos, porque o concelho de Palmela com esta centralidade e com este conjunto de investimentos irá necessitar de uma atenção séria e redobrada da Administração Central nos outros equipamentos. Não pode ser como foi feito no passado ao fazer-se remodelação do eixo Norte/Sul em termos rodoviários, prever-se o crescimento de mais este ou aquele núcleo urbano em termos demográficos e populacionais, e continuar-se com os mesmos serviços de saúde à dimensão de aldeia ou com as escolas sem pavilhões. Tem pena que esta Moção não seja mais abrangente para, pessoalmente, se poder rever nela.

Há ainda uma questão de estilo que dá uma tónica muito acentuada no mérito do Governo do PS, ou mesmo no remendo apressado de que a Assembleia Municipal faça sentir a sua preocupação pelas pressões politicas. Pergunta se não será normal qualquer Governo, qualquer Câmara, qualquer Junta estar sujeita a pressões politica. Isso é visto com as intervenções do público, com os meios que recebem, com a presença de candidatos que se perfilam para as eleições, tudo isso são pressões politicas o que é normal em Democracia.

Por fim gostaria de dizer que sendo inequívoco que o investimento público é fundamental para o desenvolvimento da região e do país lhe parece que não estão reunidas as condições para se poder votar favoravelmente a Moção, porque lhe falta alguma substância e tem um defeito de estilo uma vez que pretenderia colocar a Assembleia Municipal como advogado de defesa do Governo PS. Infelizmente não existem motivos para assumir esse papel, pelo que posição da bancada da CDU será a abstenção relativamente a esta matéria.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que ouviu com muita atenção as intervenções anteriores mas, não pondo em causa a do Sr. Membro do PSD, o discurso do Sr. Membro da CDU chamou-lhe a atenção reconhecendo o mérito do mesmo.

Diz que estão preocupados com a coisa pública, com Palmela independentemente da força politica que esteja no Governo, e com o país.

Contrariamente ao que acontece no PCP o PS não é monolítico, em si mesmo tem auto-criticas e tem tendências dentro de si mesmo mais à esquerda, mais ao centro, mais à direita e é esse equilíbrio que o caracteriza e é essa dialéctica democrática que os membros do PCP não conhecem.

Ao apresentar a Moção a bancada do PS não pretendia ser defensora do Governo PS, foram eleitos pelos munícipes de Palmela dentro de uma óptica do PS para defender os

interesses de Palmela, da região onde Palmela se integra, extrapolando para acautelarmos, na medida das competências atribuídas a harmonia do todo nacional.

Sendo assim, faz todo o sentido que a Assembleia Municipal não vá tutelar nem vá abater nas propostas do Governo, porque há muitas coisas em que os membros do PS, eleitos em Palmela, não estão de acordo com o Governo Socialista e é essa a nossa dialéctica e postura democrática. Já chamaram, mais do que uma vez, a atenção do Governo para as coisas menos boas que se estão a fazer em prol do país e em prol do concelho. Refere que não andam a fazer propaganda daquilo que parece ou que não parece, de facto o que parece é mais o estilo de actuação do PCP e o que é, é mais o estilo do PS. Custe o que custar é o PS que neste momento governa e tem o ónus de fazer o melhor, portanto não é o parecer é o ter que fazer.

No entanto o Sr. Membro Álvaro Amaro disse várias coisas com que está de acordo. De facto a Moção deveria ser mais abrangente e estão dispostos a alargar o seu âmbito a todos os equipamentos que são imprescindíveis. De qualquer modo gostaria de fazer notar que, por uma questão operacional, será muito difícil transpor para esta Moção toda essa paleia de equipamentos e necessidades que deveriam estar aqui contemplados.

Decerto compreenderá a bondade da Moção, porque sem o TGV e sem o Aeroporto nunca será construída uma Plataforma Logística no concelho porque economicamente não é viável. A centralidade que de repente caiu no concelho de Palmela, que o torna a charneira da Área Metropolitana de Lisboa e lhe trás a grande centralidade da região, advém-lhe de todos estes equipamentos. Esses equipamentos em cascata vão não só ser promotores de emprego e desenvolvimento, mas da necessária infra-estruturação, das necessárias acessibilidades, que não se estão a contemplar a nível macro mas que a nível local terão que ser necessariamente contempladas todas as que foram referidas pelo Sr. Membro Álvaro Amaro.

Relativamente à saúde, diz que ainda não se consegui rever em nenhum modelo de saúde até hoje implementado em Portugal, se bem que com o Serviço Nacional de Saúde houve um momento de grande generosidade e que pouco a pouco, com a ajuda do PSD e do PS, foi regredindo. Todos estes equipamentos obrigam, inequivocamente, a haver outra assumpção da resposta e de equipamentos de saúde. De forma sintética estes equipamentos tão "pequenos", a Plataforma Logística, o TGV, a terceira travessia do Tejo, que parecem ser só obras magras, obrigam a uma infra-estruturação e a uma revolução brutal a nível local, a nível regional e a nível nacional.

Termina dizendo que estão abertos a qualquer adução que pretendam efectuar no sentido de melhorar a Moção, uma vez que a mesma se encontra em discussão num órgão democrático e não pretendem ter o exclusivo da verdade que muitos julgam ter.

Sr. Presidente da Mesa, diz que apesar da ordem dos trabalhos não ser extensa, tem um único ponto, gostaria de lembrar que existem seis Moções para discutir. Na discussão da primeira Moção ainda estão inscritos dois Srs. Membros da Assembleia Municipal e, eventualmente, estas intervenções suscitarão outras. Deste modo relembra que o período de antes da ordem do dia tem noventa minutos para se produzir discussão.

Sr. Carlos Guinote do BE, começa por lembrar que como diz o povo *"… pela boca morre o peixe…".*

Vem isto a propósito duma intervenção do Sr. Membro Miranda Lemos, aquando da discussão de uma Moção que tratava de problemas nacionais, em que dizia que a Assembleia não era para tratar de problemas nacionais, era para tratar de problemas locais. Ao que parece os eleitos do PS procuram refugiar-se no local para disfarçar o geral.

Fixou a intervenção do Sr. José Silvério que diz que *"… estes investimentos públicos têm que ver com a preocupação com as pessoas que não têm dinheiro e que não podem comprar…"* Parece-lhe ser uma história mal explicada porque é curta, não passa só por aí. Naturalmente que deverá haver investimentos públicos, mas em vez dos muitos milhões que se dão à banca era melhor distribui-los de outra maneira, aos salários mínimos, às pessoas que estão desempregadas e que recebem subsidio de desemprego num período limitado. Acha que são "lágrimas de crocodilo", se bem que estejam de acordo com os investimentos, com um ou outro caso que pode não ser no imediato, mas o PS fala neste investimentos para combater os efeitos da crise global financeira. Não tiveram culpa nenhuma no que aconteceu, não tiveram culpa na falta de controlo sobre os bancos, tudo correu muito bem e agora os "desgraçados" dos americanos é que fizeram com que esta desgraça caísse em cima.

Termina dizendo que se irá abster na votação da Moção.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, diz que se irá cingir à justificação do PS relativamente aos argumentos para a aprovação desta Moção.

Relembra que as pressões não são só externas, podem ser externas e internas, e por aquilo que se apercebe existe alguma critica interna no PS.

Diz que o investimento público é no fundo um argumento de combate à crise, mas questiona onde é que ficará a dívida pública com estes investimentos. As obras são precisas, todos querem obras e seria óptimo que Portugal pudesse ter as obras todas, mas há que ter cuidado com a dívida externa. Relativamente aos custos, não há a mínima referência de custos. Há ainda um outro argumento que é usado para justificar a construção do novo Aeroporto, que é o facto de poder haver um acidente, só que os acidentes podem acontecer em qualquer altura e em qualquer lado. A determinada altura da intervenção do PS também é referido que estas obras são necessárias para pôr o país a funcionar. Diz que a partir desta afirmação poderá inferir que o país até agora não funcionou, o que concorda plenamente. Mas há que ter em conta, e em consciência, que o desenvolvimento do país passa por muito mais do que estas obras.

Termina dizendo que o país está num período eleitoral, e por isso pede a todos os políticos para deixarem de atirar areia, esquecerem as campanhas e serem verdadeiros.

Sr. Presidente da Mesa, informa que a discussão da Moção irá terminar com a intervenção do Sr. Membro Álvaro Amaro.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que em relação a esta matéria e não obstante o repto generoso, do Sr. Membro da Assembleia Miranda Lemos, para que se pudesse enriquecer e rever a Moção pensa que não haverá condições objectivas e operacionais para fazê-lo. Certamente que isso implicaria uma hora extensa de trabalho para, por um lado, retirar a carga de partidarização que está objectivamente esplanada e, por outro lado, para introduzir o caderno reivindicativo.

Pensa que assim se faria jus a uma proposta que iria no sentido de articular o interesse nacional e o interesse local, uma vez que eles têm que ser conciliados.

A este propósito gostaria de recordar duas obras fundamentais para o concelho em matéria de acessibilidades, nomeadamente as duas variantes a A252 e a A379, mas sobretudo aproveitar a capacidade da bancada do PS de fazer magistério da influência defendendo os interesses do concelho para, junto da Administração Central, tentarem reduzir algo que está a ser extremamente penalizador aos habitantes do concelho e aos investidores que aqui querem investir, nomeadamente a redução do traçado ou do perímetro das medidas preventivas que foram entretanto decretadas por via destes investimentos. Diz que concordam com as medidas preventivas quando se estão a elaborara planos desta dimensão para o território, mas vinte e cinco quilómetros é muito, e isso está comprovado no dia-a-dia. Quem quer construir, ampliar a sua habitação, quem quer instalar um investimento num determinado local seja ele agrícola ou de outro sector secundário ou terciário faz chegar as suas queixas no executivo municipal e até pode ser um motivo de animosidade contra estes projectos, porque entendem que estes projectos apenas vêm parar a sua vida num período particularmente difícil para os cidadãos.

Termina a sua intervenção dizendo que, não obstante a generosidade do Sr. Membro Miranda Lemos, a posição da CDU irá ficar pela abstenção.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 4 votos a favor do PS, 16 abstenções (15 da CDU e 1 do BE) e 3 votos contra do PSD.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da primeira Moção do Bloco de Esquerda, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Carlos Guinote apresenta Moção sobre “Utilização Sustentável dos Recursos” que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à discussão.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, lamenta que o grupo do BE não tenha posto por baixo da Moção, como nota, “nós também não usamos papel reciclado”.

Relativamente à Moção diz que concerteza todos acharão muito bem que se use papel reciclado, aprovam a proposta em si mesma mas acham que deveria ser mais abrangente., porque tendo em conta o título pensaram que seria uma proposta a sério e afinal fica-se pelo papel.

Termina dizendo que, para não se gastar mais tempo e mais papel, irão votar favoravelmente a proposta sobre o papel.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, refere que relativamente à questão dois e quatro já tinha sido proposto por si, verbalmente, numa sessão anterior. A Câmara aceitou a

sugestão e começou a partir dessa altura a enviar os documentos em frente e verso, preocupação também assumida pelos serviços da Assembleia Municipal.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que a Moção fica um pouco aquém da expectativa criada pelo título porque não é tão abrangente quanto o desejável.

Diz que desilude um pouco porque faz tábua rasa de algumas questões que já estão em curso há bastante tempo no município, sendo que já receberam a documentação em papel reciclado.

Gostaria também de contribuir com uma reflexão no sentido de se desmistificar um pouco a questão do papel reciclado uma vez que há papel que não sendo reciclado também é amigo do ambiente.

Diz que é útil pensar-se no futuro, na distribuição de documentação por via electrónica que também já é prática comum, nomeadamente em convocatórias que são acompanhadas por em documentos digitais, só que há outros problemas que impendem às vezes a assumpção por completo desta práticas. Quem tem diariamente de pôr estes assuntos no terreno e tem de utilizar o papel a todo o custo também tem outros custos, não só porque infelizmente o papel reciclado ainda é mais caro do que o outro mas também porque há problemas técnicos com a produção, nomeadamente com algumas fotocopiadoras que habitualmente se dão mal com algum papel reciclado. A ideia é generosa, mas peca por alguma infantilidade nalguns aspectos.

Por outro lado não lhe parece que seja curial que esta recomendação inclua as juntas de freguesia, porque considera que não há nenhuma atitude de tutela deste órgão relativamente às juntas de freguesia. Faria sentido apresentar estas Moções, ou estas Recomendações, numa Assembleia de Freguesia.

Termina dizendo que tendo em conta que a prática no Município já está no bom caminho e já tem tendencialmente este uso e que, por vezes, a quantidade de Moções não é sinónimo de qualidade irão abster-se na votação

Sr. Presidente da Mesa, dirigindo-se ao Sr. Membro Carlos Guinote diz que foi feita uma proposta concreta no sentido de no ponto quatro e último, retirar a menção às juntas de freguesia do concelho ficando só a recomendação à Câmara Municipal de Palmela.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que pensou nessa questão porque os Presidentes de Junta estariam presentes na sessão. Diz não ter qualquer problema em retirar a alusão.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por maioria, com 8 votos a favor (4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE) e 15 abstenções da CDU.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da segunda Moção do Bloco de Esquerda, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta Moção sobre "Levantamento exaustivo dos edifícios devolutos do concelho de Palmela" que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à discussão.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que percebe a necessidade dos companheiros do BE quererem apresentar trabalho sobre uma série de matérias, mas fica desiludido e um pouco triste pelo facto de haver falta de estudo e de conhecimento de alguns destes aspectos.

Não queria ser tão duro mas, em sua opinião, há um certo oportunismo em torno deste trágico acontecimento, certamente todos estarão unidos na dor lamentando a perda de vidas, parecendo-lhe que esta matéria não pode nem deve ser tratada desta forma.

Logo nos considerandos existe um conjunto de informação que recorre a fontes que entretanto já disseram também outras coisas, e à medida que a informação foi sendo escalpelizada há até questões contraditórias.

Tem-se batido muito, nas últimas semanas, no termo devoluto porque o prédio não estava habitado, que não será caso único pois existem muitos prédios devolutos pelo país fora, mas também há alguma confusão com o conceito. Na Moção fala-se de uma antiga escola primária, facto que, pela confusão do BE, só serviu certamente para deixar mal visto o concelho porque escolas primárias abandonadas não existem e as que existem são excelentes edifícios em termos de qualidade.

Faz-se também alusão a um mecanismo legal, o IMI, apelando ao uso dos instrumentos que a Lei consigna para penalizar e fiscalizar situações. Provavelmente é desconhecimento do Sr. Membro Carlos Guinote que essa possibilidade já é aplicada no nosso concelho.

Por outro lado não faz sentido fazer uma recomendação à Câmara sobre este assunto quando compete à Assembleia Municipal, deliberar sobre estas questões. Pergunta ao Sr. Membro Carlos Guinote se não sabe que já existem majorações para quem recupera, nomeadamente no centro histórico de Palmela, benefícios para quem recupera e aluga e também benefícios para quem reabilita, ao nível do IMI e das próprias taxas de construção.

O levantamento exaustivo destas situações pode até cair em algumas incongruências como estar a tentar identificar ou classificar edifícios que efectivamente os proprietários não consideram como devolutos. Este tipo de matéria deveria ter outra clareza e outro esclarecimento. Por outro lado, parece-lhe que põe a tónica na responsabilidade exclusiva das Autarquias quando a primeira, e única responsabilidade, é dos proprietários que por uma atitude de desleixo e de desresponsabilização não cuidam do seu património, pondo em causa a circulação em condições na via pública, questões de segurança, questões de insalubridade.

Em relação às autarquias há uma responsabilidade que faz perceber que, a outro nível, se torna necessário criar uma legislação que torne mais ágil este tipo de procedimentos, senão os proprietários estão sempre em fuga e a consequência disso é serem as Câmaras Municipais a fazer obras em tudo quanto é privado. Trata-se duma situação muito complexa que não pode ser tratada com algum populismo.

Termina dizendo que a Moção não lhe parece adequada, por um lado porque a Câmara Municipal já usa o instrumento citado, nomeadamente no centro histórico de Palmela, e porque

peca por todos os aspectos anteriormente referidos. Desta forma a bancada da CDU considera não estarem reunidas as condições para se votar uma proposta tão cheia de congruências.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que o PSD compreende o espírito da Moção, está de acordo com o princípio que se sobrepõe à sua apresentação e com alguns dos princípios exarados.

Consideram que uma tragédia como a ocorrida, não deve ser objecto de aproveitamento político, nomeadamente quando causou a dor e o sofrimento que causou.

Quanto ao substrato da Moção, se no ponto um estivesse "… solicitar à Câmara Municipal de Palmela que efectue, com a colaboração das juntas, o levantamento completo e integral de todas as situações de prédios urbanos degradados…", em vez degradados e devolutos, estaria de acordo porque uma coisa é um prédio que está devoluto, outra coisa é um que está degradado e que está a causar perigo ou seja a actuação da Autarquia dever-se-ia centrar no perigo para a população. Em sua opinião o levantamento completo, e integral, de todas as situações de prédios urbanos degradados será crucial, porque basta subir a Rua Hermenegildo Capelo até ao edifício da Câmara Municipal de Palmela para aperceber as várias situações de prédios, alguns inclusive podem colocar em perigo as pessoas, nomeadamente um que até é propriedade da Câmara Municipal, junto ao mercado, não sabendo avaliar a perigosidade do mesmo uma vez que não é técnico da área.

Em relação ao ponto dois "…recomendar à Câmara Municipal de Palmela que proceda à aplicação sem injustiça ou desigualdade das majorações e agravamentos previstos…", diz que neste caso o problema ao aplicar-se a lei, que tem que ser uniformemente, ir-se-ia poder potenciar situações de injustiça e desigualdade. Este ponto traz-lhe uma pequena reserva porque neste caso a lei teria que ser aplicada para todos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, aconselha vivamente o Sr. Membro Carlos Guinote para quando fizer Moções deste tipo pensar duas vezes.

Em primeiro lugar o aproveitamento político de desgraças deste timbre, que toca a todos, não são admissíveis nem se sente bem em trazê-las para discussão.

Em segundo lugar quando o Sr. Membro falar sobre esta matéria terá que saber do que é que está a falar, e não trazer para discussão questões desta natureza. Diz que neste momento, perante si, perdeu toda a credibilidade.

Em terceiro lugar o Sr. Membro confunde devolutos com abandonados, abandonados com degradados.

De tudo isto só aparece uma questão que faz todo o sentido, e que o Sr. Membro nem se apercebe, que é solicitar à Câmara de Palmela que efectue, com a colaboração das juntas de freguesia, o levantamento completo e integral de todas as situações de prédios urbanos degradados e de prédios urbanos devolutos. Ora se alterar o texto para prédios urbanos degradados que possam por em causa a segurança e a saúde pública, a bancada do PS estará de acordo. Com o texto apresentado teria que referir o perfil temporal, o que não é feito.

Se estivesse interessado do fazer pedagogia, e a Assembleia deverá fazê-la, deveria ter feito uma proposta alertando a Câmara e aí teria o voto favorável. Mas ao que parece não está

interessado em que propostas sejam votadas, está única e exclusivamente está interessado em apresentar trabalho.

Termina dizendo que para serem coerentes a posição da bancada do PS é votar não.

Sr. Presidente da Mesa, diz que a discussão da Moção terminará com as intervenções do Sr. Dr. Álvaro Amaro e Carlos Guinote.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que no aglomerado de propostas e de apontamentos acabou por não citar um documento que tem em seu poder.

Informa que o estado de degradação de alguns edifícios, na freguesia de Pinhal Novo, não tem propriamente uma expressão significativa, sendo que a esmagadora maioria dos edifícios que se encontram degradados são edifícios que já foram sinalizados pela Junta da Freguesia junto da Câmara Municipal estando alguns emparedados e outros vedados.

Em relação ao Centro Histórico da vila de Palmela, a informação existe porque o trabalho já foi feito pela Câmara Municipal, o número exacto são cento e vinte e nove fogos devolutos entre fracções de prédios e edifícios.

Sr. Carlos Guinote do BE, dirigindo-se ao Sr. Membro Álvaro Amaro diz que a sua intervenção o incomodou e que era demagogia sua falar de morte. Assim sendo também será demagogia do povo quando se falou das mortes ocorridas pela queda da ponte de Entre-os-Rios em virtude da mesma não ter sido cuidada. Diz que demagogia é da bancada da CDU, porque quando existem mortes chama-se a atenção pela causa. O Bloco de Esquerda não pretende criticar a Câmara mas sim que se faça um levantamento das situações existentes. Pede para que não imaginem situações que não estão previstas na Moção, que apenas quis chamar a atenção para um acontecimento não sendo demagogia política, em sua opinião, levantar a questão.

Refere que demagogo é o Sr. Membro Miranda Lemos que se arma em forte perante as crianças que morreram. Chamar a atenção para as causas não é demagogia e por isso deverá haver bom senso em relação à questão.

Por outro lado o Sr. Membro Álvaro Amaro entra em contradição quando diz que: *"…a responsabilidade não é dos autarcas mas sim dos proprietários…"* e *"…que a Junta interveio…."*. Pergunta se a responsabilidade é dos proprietários, porque é que a Junta foi intervir.

Em relação à intervenção do Sr. Membro Miranda Lemos que referiu que a sua pessoa estava baralhada, gostaria de lhe deixar uma citação de António Aleixo que dizia: *…" que era professor do que sabia e aluno do que não sabia…"*. Termina dizendo que o Dr. Miranda Lemos é aluno de muita coisa e que, a sua pessoa, terá provavelmente muita coisa a ensinar-lhe.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada, por maioria, com 1 voto a favor do BE, 3 abstenções do PSD e 19 votos contra (15 da CDU e 4 do PS).

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da terceira Moção do Bloco de Esquerda, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que foram dados quinze minutos ao Plenário para tomar conhecimento todas as Moções pelo que, com o intuito de se ganhar tempo, solicita a dispensa da leitura.

Sr. Carlos Guinote do BE, faz um pequeno resumo da Moção sobre "Constituição de Comissão Eventual para o acompanhamento da revisão do PDM " que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à discussão.

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, sugere ao Sr. Carlos Guinote que introduza uma pequena alteração na Moção quando refere o grupo municipal de BE. De facto o BE não é grupo municipal uma vez que tem apenas um eleito.

Parece-lhe que a Moção tem uma virtude que é o facto de falar muito em participação, mas gostaria de lhe dizer que sobre esta matéria a bancada da CDU não aceita qualquer lição do BE. Aliás quando refere na Moção que: *"…os cidadãos têm o direito de participar",* a CDU concorda com isso porque não só defendem, como estimulam, a participação dos cidadãos na vida local do concelho. É sabido que o estimulo à participação dos cidadãos tem sido uma realidade desde sempre e ao longo dos tempos prosseguida pelas autarquias, pelos a eleitos da CDU, com metodologias de trabalho, com práticas, com projectos inovadores. A título de exemplo cita o Orçamento Participado de que a Câmara Municipal de Palmela foi pioneira a nível nacional, admitindo que quem chegou há pouco tempo a este concelho não conheça esta realidade, o que não é o caso do Sr. Membro Carlos Guinote que tinha obrigação de conhecer.

Relativamente às sugestões que são produzidas na Moção, gostariam de recordar que já foi realizada uma reunião uma reunião, com o grupo de trabalho que está incumbido de estudar e de efectuar o processo da revisão do PDM, pelo que, naturalmente, acreditam que se seguirão outras reuniões quer com cidadãos, quer com os Membros da Assembleia Municipal. Por esse facto pensam que não faz qualquer sentido constituir uma comissão eventual para acompanhamento deste processo quando estão constituídas as comissões permanentes da Assembleia Municipal, existindo uma comissão que tem como objecto sua intervenção a área do urbanismo.

Termina dizendo que não estão de acordo com a proposta pelo que irão votar contra.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que o PSD concorda com o espírito da Moção em si. Porém, em relação à deliberação e ao ponto n.º 1, acham que neste momento politico, não será exequível criar uma comissão eventual de acompanhamento uma vez que não teria qualquer efeito prático, dado o prazo que decorre até às eleições autárquicas e ao funcionamento da Assembleia neste mandato. Em sua opinião a Moção teria utilidade no próximo mandato, porque não será possível formar uma comissão cuja composição terá ser alterada em função do resultado das eleições.

Por outro lado é verdade aquilo que disse o Sr. Membro Luís Calha. Existe uma comissão permanente que tem a área do urbanismo e que até poderia avocar estas questões. O problema é que as comissões não reúnem, os presidentes das comissões não convocam reuniões, à

excepção da comissão presidida pelo Engº. Fernando Nascimento. Em termos de funcionamento de comissões permanentes esta Assembleia Municipal deixam muito a desejar e a sua experiência como autarca, nomeadamente na Assembleia Metropolitana de Lisboa em que as comissões funcionam ou na Assembleia Municipal do Barreiro, curiosamente na altura também de maioria CDU, em que as comissões também funcionavam, levam-no a deixar este reparo e esta critica.

Em relação ao ponto n.º 2 e ao ponto n.º 3, tem aqui algumas dúvidas que estes dois pontos não sejam inclusivamente direitos que possam estar consagrados na própria Lei, nomeadamente no exercício, acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara, ou seja, qualquer Membro da Assembleia Municipal poderá requerer através de requerimento, e com base na Lei, estes elementos. No entanto não viria mal ao mundo se ele fosse facultado à Assembleia daí que, apenas pela extemporaneidade da Moção, o PSD ir-se-á abster.

Sr. António José Santos do PS, refere que, nas suas intervenções, não costuma baixar ao nível que o Sr. Membro Carlos Guinote costuma ter, mas também é capaz de o fazer.

Dirigindo-se ao Sr. Carlos Guinote diz que este continua a andar distraído e a ser ignorante em todas as matérias em que intervém, e que os demagogos existem no BE. Diz ainda que, ao vir numa altura destas falar em comissões do PDM, manifesta uma ignorância em relação àquilo que realmente é o PDM, porque se o PDM hoje está actualizado amanhã já não estará devido às alterações permanentes que as comissões lhe fazem.

Termina dizendo que durante a actual legislatura o Sr. Membro Carlos Guinote não tem feito outra coisa senão dizer o que o "patrão" lhe manda dizer agredindo, ofendendo e sendo arrogante, em vez de estar a defender os interesses do concelho com lealdade e honestidade política.

Sr. Presidente da Mesa, refere que tem três inscrições para esta Moção e não haverá mais nenhuma.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, refere que aprecia o calor das discussões e têm tido o privilégio de, ao longo deste mandato, assistir a debates muito interessantes só que acabaram de assistir a um momento menos feliz. Em nome da bancada da CDU gostaria de dizer que se demarcam do tipo de interpolação e de adjectivação utilizada relativamente ao Sr. Membro Carlos Guinote. Apela ao debate efectivo de ideias sem que seja proibido utilizar, neste caso, nomes como demagogia, porque efectivamente há quem os utilize para tentar atingir alguns objectivos. Seria importante acalmar, separar e não enveredar por este tipo de discussão.

Relativamente à questão em apreço gostaria de reiterar um aspecto que lhe parece fundamental e onde é necessário fazer justiça. A Câmara Municipal de Palmela, em matéria da participação e no caso concreto da revisão do PDM realizando um conjunto de reuniões com agentes económicos, associações, comissões de moradores, geógrafos, urbanistas e técnicos, tem dado um excelente exemplo do que é promover a participação. Recorda, também, que na Câmara Municipal existe o hábito de apresentar previamente, mesmo antes do período de discussão pública, os estudo que existem no sentido de os colocar à discussão recolhendo

contributos e, isto apenas para referir que nesta matéria não se justifica, neste momento, a criação de uma comissão.

Por último voltaria à questão que exaltou e animou o Plenário ainda há pouco, que em sua opinião tem de ter causas e responsáveis. Considera que a principal causa é a pobreza, porque se não houvesse pobreza certamente que não existiriam situações desta natureza, sendo do conhecimento geral quem é que contribui para as desigualdades. Termina esclarecendo que não se podem confundir obras de Entre-os-Rios, que são obras públicas, com obras particulares e informando que o edifício em causa tem dono e que as pessoas, segundo a comunicação social, estariam a habitá-lo com a sua autorização.

Sr. Presidente da Mesa agradece o esclarecimento apesar do assunto já ter sido discutido anteriormente.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, gostaria de dizer ao Sr. Membro Luís Calha que o PDM é algo muito mais vasto para ser tratado por uma comissão de urbanismo. Não é o PDM que cabe na comissão de urbanismo, mas a comissão que cabe no PDM.

O que daria resultado, e estão em condições de o fazer, é, nos termos do regimento, solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a convocação de sessões extraordinárias que acharem necessárias para fazer o acompanhamento.

Para terminar dirige-se ao Sr. Membro Carlos Guinote dizendo que deve priorizar os trabalhos, vendo aquilo que é exequível, e não gastando papel mesmo que ele seja reciclado.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que a intervenção do BE é uma intervenção politica que não vai contar cabeças quando apresentam os assuntos, se todos estiverem de acordo muito bem, se não tiverem paciência.

Sobre o assunto da Moção que será apresentada pelo PSD, já falado por si anteriormente, também não contou cabeças porque o BE tem a percentagem e o apoio da população que tem. Não será por não ter maioria que não apresenta nem Moções na Assembleia da Republica, nem projectos-lei, porque não é exequível, ou porque o PS não quer porque tem a maioria. Esse não é o caminho da política, o caminho da política é o da consciência de cada um. Se acharem que está correcto uma comissão tudo bem, se não acharem tudo mal.

Relativamente à intervenção do Sr. Membro Luís Calha, convida-o a acompanhá-lo numa volta pelo concelho, de casa em e casa, para perguntar aos munícipes se têm conhecimento de que está a ser discutido o PDM. A resposta que obteriam é que não sabiam, por isso não é a proposta não é descabida exactamente por aquilo que acaba de dizer. O PDM tem a ver com toda a população e dentro do possível ela deve ser mobilizada para participar no plano, mas o Sr. Membro Miranda Lemos acha que “o ignorante” Carlos Guinote apresentou uma proposta que não é exequível e por isso não deve apresentá-la.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que quando referiu o facto da comissão ser exequível é ser factual em tempo útil, e não o facto da proposta passar ou não. Se neste momento a proposta passasse, não haveria exequibilidade da comissão vir a funcionar.

Sr. Presidente da Mesa, diz concordar com o Sr. Membro Miranda Lemos quando este refere que a proposta deveria ser apresentada no próximo mandato.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada, por maioria, com 1 voto a favor do BE, 3 abstenções do PSD e 19 votos contra (15 da CDU e 4 do PS).

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta declaração de voto dizendo que o PSD se absteve, não votando favoravelmente a proposta, devido à falta de condições para criar a comissão em tempo útil durante este mandato.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão a Moção da Coligação Democrática Unitária, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Herlander Vinagre da CDU, apresenta Moção sobre "Torre de Sinalização e Manobras da Estação Ferroviária de Pinhal Novo" que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à discussão.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que está de acordo com a Moção e esclarece que a Moção por si apresentada, sobre "Utilização Sustentada dos Recursos", foi proposta pela CDU em Lisboa.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, solicita esclarecimento sobre qual é a posição do IGESPAR em relação ao recuo que é falado na Moção, porque desconhecem se, se trata, ou não, da posição definitiva deste organismo porque isso é o cerne desta Moção.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, refere que tem as mesmas dúvidas aduzidas pelo Sr. Membro Miranda Lemos em relação ao ponto real da situação.

Em relação à torre diz que o Arqt.º Cottinelli Telmo, para além desta, deixou uma série de obras de grande relevância como a torre de Campolide e algumas no norte do país e o filme "A Canção de Lisboa".

Gostaria de saber se aquela torre é a original, foi aquela a concepção original da torre ou houve uma mudança na própria estrutura. A estrutura parece-me recente de mais para ter sido efectuada no tempo do Arqt.º Cottinelli Telmo, uma vez que se trata de um arquitecto do Estado Novo. Se houver a possibilidade de conservar a torre no local, obviamente que estarão a favor, operacionalizando a estação na medida do possível. A ideia da criação de um núcleo museológico ferroviário em Pinhal Novo nasce da génese da própria povoação e potenciar esta vertente é sempre salutar. Por outro lado coloca-se a possibilidade da deslocalização da torre, porque é importante tentar preservar mas é preciso saber a que preço, porque por ali poderão vir a passar novas acessibilidades. Neste momento o que se verifica é que as três linhas do meio estão

inoperacionais devido à torre, pelo em sua opinião a melhor solução seria poder conciliar todos os interesses, estando o PSD está desde já aberto àquela que seja a melhor solução.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, respondendo a alguns pedidos de esclarecimento dos Srs. Membros da Assembleia informa que o Conselho Executivo do IGESPAR mudou efectivamente de opinião. Após um período em que acarinhou, e propôs, a classificação do imóvel como de interesse público, recuou agora na sua decisão. Os termos em que o fez, através de parecer e edital enviados à Câmara Municipal, revela que a situação não é inocente porque decorrer de um conjunto de contactos, e pressões, que a REFER fez junto da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e duma reunião e deslocação ao local com técnicos municipais. De início não o demonstrou claramente mas insinuou que, através do Ministério das Obras Públicas, conseguiriam alterar a situação.

Esclarece que o edifício é o original, apesar de ter sofrido intervenções nos envidraçados numa determinada época, e mantém o equipamento no seu interior.

Sem querer estar com especulações sobre outro tipo de motivações politicas, recorda que todo o processo necessita de uma rebuscagem histórica porque esta situação começa com uma teimosia da REFER, desde 1998/99, aquando da apresentação dos projectos para o eixo Norte/Sul e mais tarde para a nova estação de Pinhal Novo.

Mais tarde a REFER, quando confrontada com a decisão da Assembleia Municipal, vem propor não a destruição da torre, mas a sua deslocação trezentos metros para sul mas equivocaram-se, porque a essa distância está localizado o cemitério da Cascalheira, porque a localização seria para nascente. Segundo a opinião dos especialistas, em questões de património, mexer na torre ou deslocalizá-la pura e simplesmente desvaloriza-a em termos patrimoniais. Ninguém é insensível a questões que tenham que ser articuladas, não se pode é ter um pseudo desenvolvimento a todo o custo, nem virem dizer que as linhas para o Aeroporto passam por ali, porque foram argumentos dessa natureza que apareceram.

Para esclarecer a bancada do PS, refere que o movimento não é recente, é um movimento de cidadãos que têm rosto, movimentaram-se na altura e tornaram pública a discussão. Integra ferroviários, pessoas que trabalharam na torre, arquitectos, alguns são hoje técnicos da Câmara Municipal, e um conjunto de outros especialistas, alguns nem são do concelho e até um estudioso que tem uma tese de mestrado sobre estas matérias. Este movimento acabou por ser reactivado com o conhecimento deste conjunto de movimentações da REFER e da mudança de postura do IGESPAR.

O fundamental neste momento é fazer sentir que a Assembleia Municipal está preocupada com este assunto e que está efectivamente interessada em garantir que o património, neste caso na comunidade ferroviária que está intimamente ligada às veias dos Pinhalnovenses, não irá desaparecer, nem perecer, numas páginas de um livro fechado mas continuar a ser um símbolo vivo da memória ferroviária. Terão que ser estudadas as várias possibilidades para que, através da deslocação não de trezentos mas de vinte e poucos metros para Sul ou outras possibilidades, aquele imóvel venha a ser visitado e integrado num todo. Recorda que a REFER não honrou todos os compromissos que tinha para com a vida do Pinhal Novo e para com a Câmara Municipal.

Termina dizendo que o que é fundamental neste momento é reiterar a importância da preservação deste imóvel, sendo esse o repto que é feito à Assembleia.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que está de acordo que a cultura de um país está na sua memória e a preservação de peças como esta são incontornáveis.

Se bem se lembra esta Assembleia já se pronunciou inequivocamente sobre a preservação da torre, e neste momento aparece uma Moção para aprovar algo que já foi aprovado. A bancada do PS não tem problema nenhum em tornar a dizer que estão de acordo e a reiterar a posição da Assembleia Municipal sobre essa matéria.

Neste momento é trazido à colação que o IGESPAR sentiu-se "entalado" sobre a posição da Assembleia e pronunciou-se inequivocamente sobre a utilidade pública da torre. O que está em causa é a posição do IGESPAR que vai contra uma deliberação da Assembleia Municipal.

Termina dizendo que gostaria de ter conhecimento do teor do ofício enviado pelo IGESPAR à Câmara.

Sr. Presidente da Mesa solicita à Sra. Presidente da Câmara que preste alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Sra. Presidente da Câmara, diz que apesar de não ter presente o ofício do IGESPAR, gostaria de situar dois momentos.

Ficou claro que decorria o processo para a classificação da torre como património de interesse público, que é um nível acima do interesse municipal. Em Abril de 2009 o Conselho Consultivo do IGESPAR concluiu que a classificação do imóvel de interesse municipal, datada 2002, era suficiente para preservar a torre. Citando o parecer *"…assim o Conselho Consultivo entende que a classificação como interesse municipal, é suficiente para a protecção de sinalização e manobra da estação ferroviária de Pinhal Novo …".* Até essa data não era absolutamente claro o recuo, entretanto continuam as reuniões entre a REFER e o IGESPAR e em 25 de Maio a REFER argumenta que: *"… a manutenção desta torre poderá inviabilizar o interface necessário ao novo Aeroporto da região de Lisboa, podendo por em causa um empreendimento de relevante interesse nacional e também para as populações da margem Sul do Tejo …".* O IGESPAR responde à REFER que: "… dado o parecer do conselho consultivo caberá aos órgãos do município de Palmela ponderarem os dois relevantes interesses em presença e, na impossibilidade da sua compatibilização, optar pela defesa daquele que melhor sirva o interesse quer local, quer nacional …".

Posteriormente foi a Câmara Municipal informada, através de um edital do IGESPAR, que o processo que tinha em curso com vista à classificação do imóvel como de interesse público era revogado, ficando assim em vigor a classificação do mesmo como de interesse municipal. Em sua opinião esta é a questão de fundo que remete para uma posição de recuo do IGESPAR, dai julgar que esta posição tem todo o sentido porque será reafirmar a posição dos órgãos autárquicos, no sentido da defesa e da valorização do património.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que o que a Sr. Presidente acabou de dizer é que cabe ao município decidir ou não da utilidade.

Sra. Presidente da Câmara, refere que a postura do IGESPAR é dizer que a classificação que o município tinha dado é suficiente e uma vez que se trata de um imóvel de interesse municipal, o município que determine, perante dois interesses que estão em concorrência no território, qual é aquele que assume como mais importante. O que a Câmara reivindica é não prescindir do processo de classificação do imóvel como de interesse público reclamando junto do IGESPAR para que o processo continue e, naturalmente, manter a decisão tomada anteriormente que é a declaração de interesse municipal que o edifício já tem.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, refere que se não for tomada essa decisão o município terá de escolher entre ter um aeroporto ou a torre, Diz compreender perfeitamente não estar nos desígnios da Câmara Municipal pronunciar-se sobre o aeroporto versus uma torre, e ao passar para interesse público transfere a sua responsabilidade sobre uma coisa municipal ou seja uma transferência de responsabilidades.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada, por unanimidade, com 22 votos a favor (14 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta declaração de voto dizendo que apesar de terem votado favoravelmente não inviabiliza a apresentação, em tempo útil, do teor do ofício enviado pelo IGESPAR à Câmara.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão a Moção do Partido Social Democrata, tendo a mesma sido admitida por unanimidade com 23 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE).

Sr. Carlos Vitorino do PSD, apresenta Moção sobre "Publicações da Câmara Municipal de Palmela" que ficará apensa à acta.

Sr. Pedro Ramos da CDU retoma participação nos trabalhos cerca das 00,18 horas.

Sr. Presidente da Mesa coloca a Moção à discussão.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz estar de acordo com a Moção até porque, há cerca de um ou dois anos, apresentou uma proposta semelhante e na ocasião o Sr. Membro Miranda Lemos disse: *"que sonhava com isto",* pelo que espera que continue com o mesmo sonho.

Refere que a bancada da CDU chumbou a Moção, mas tem em seu poder um parecer do conselho regulador da entidade reguladora para a comunicação social, deliberação directiva de 01/2008, e gostaria de chamar a atenção para três pontos. O ponto n.º 3 diz: *"as finalidades que prosseguem e a natureza dos conteúdos que produzem e divulgam que aliam a função informativa*

à função persuasiva e promocional das actividades dos órgãos autárquicos e dos seus titulares, distinguem-nas claramente das publicações periódicas informativas e doutrinárias previstas na Lei de imprensa, tomando inapropriada a respectiva qualificação sobre qualquer das suas categorias existentes"; o ponto n.º 4: *"as características referidas, enquadram essas publicações no âmbito da comunicação institucional independentemente da denominação e do formato que adoptem, jornal, revista ou boletim autárquico"*; por fim o ponto n.º 8 diz: *"tratando-se de publicações de titularidade pública e, sujeitas ao respeito pelo principio do pluralismo, encontram-se obrigadas a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades politicas que integram os órgãos autárquicos".*

Sr. Dr. Luis Calha da CDU, refere que a bancada da CDU não concorda com os considerandos que foram referidos e enunciados na Moção do PSD e irá votar contra.

Diz que, quer o site da Câmara Municipal quer o boletim municipal, não se tratam de tribunas de discussão e de opinião politica. Desta forma quando é referido na Moção que estes instrumentos devem ser expressão das diferentes forças e sensibilidades politico partidárias, não lhes parece que isso seja razoável, não concordam que o sejam, e pensam que legalmente isso seja possível. É entendimento da bancada da CDU que, quer o site quer o boletim municipal, são instrumentos de divulgação de todas as iniciativas municipais e, quando refere todas são efectivamente todas, mesmo aquelas que são desenvolvidas pelo vereador eleito pelo PSD não se fazendo qualquer tipo de discriminação sobre estas questões.

Gostaria também de sublinhar que o boletim municipal há cerca de dois ou três anos foi submetido à apreciação da entidade reguladora da comunicação social.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, lamenta que a bancada da CDU tenha que invocar a Lei, porque esteticamente e eticamente fica bem, porque os factos ficam para quem os pratica. Espera que num futuro muito próximo o PS dê capacidade que os boletins municipais tenham outras forças politicas a participar.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz ser verdade o Sr. Carlos Guinote ter referido a questão em discussão, como anteriormente já tinha sido feito quer pelo PS como pelo PSD em mandatos anteriores.

No entanto, gostaria de explicar como é que surgiu a ideia de apresentar Moção. A Moção surgiu porque pertence à comissão de trabalhadores da Brisa que tem um pluralismo de pessoas de várias vertentes politicas, há elementos desde o BE ao PSD, passando pelo PCP. Foi precisamente um dos militantes do PCP, da sua comissão de trabalhadores, que em conversa referiu aquilo que a CDU tinha conseguido, em Gaia e no Porto, através de queixas efectuadas à ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) que ficasse consagrado este princípio na Lei.

Deste modo recomenda a consulta do site do PCP, da DORP, do Porto e o protesto veemente do PCP de Gaia devido a um acto de censura que foi cometido sobre a vereadora Ilda Figueiredo no boletim municipal em que não foi publicada na integra a sua intervenção.

Verifica que em Palmela a CDU toma uma posição diferente daquela que toma onde é oposição. Termina garantindo que se fosse autarca no Porto ou em Gaia certamente estaria do lado do contraditório democrático.

Sr. Presidente da Mesa, refere que, como alguns dos Srs. Membros da Assembleia sabem, desempenha funções na Associação Nacional de Municípios Portugueses tendo oportunidade de ler um conjunto de boletins de todo o país, de Câmaras de todos os quadrantes políticos. Não sabe se haverá algum, mas de todos aqueles que tem lido não há nenhum boletim municipal onde esta proposta do PSD se possa emquadrar. O que já aconteceu em Palmela, e poderá continuar acontecer, é que no boletim municipal sejam dadas notícias sobre a Assembleia Municipal, mas na forma proposta pelo PSD não conhece nenhum boletim municipal do país que o faça.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada, por maioria, com 8 votos a favor (4 do PS, 3 do PSD e 1 do BE) e 15 votos contra da CDU.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa,** informa que o período que agora terminou foi ultrapassado em cerca de uma hora pelo que, de imediato, dará início ao Período da Ordem do Dia.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, solicita autorização para usar da palavra antes de iniciar o Período da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa, diz ter consciência que o período de antes da ordem do dia não pode ser só a discussão de Moções, mas torna a referir que esse período foi ultrapassado em cerca de uma hora. Neste momento tem três pedidos de inscrição pelo que solicita que essa situação seja tomada em consideração para não ser obrigado a ter de interromper as intervenções.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de colocar à Sra. Presidente uma questão, já anteriormente colocada, e informar que foi resolvida, mas mal resolvida. Em anterior sessão da Assembleia chamou a atenção para uns buracos que estavam nas curvas do Vale Batateiro, à saída de Brejos do Assa. Passado pouco tempo os operários taparam todos os buracos à excepção daquele que faz os furos nas rodas dos carros, o que já lhe custou cerca de trezentos euros em dois pneus.

Sr. José Manuel Silvério do PS, aproveita para falar na actividade municipal seguindo a regra do Sr. Presidente que dizia sempre que o ponto da actividade municipal não fazia parte da ordem de trabalhos. Várias vezes teve ocasião de dizer que no dia em que aparecesse um único ponto que fosse actividade municipal não poderia haver assembleia. Como se pode comprovar hoje esse ponto é para ser discutido na ordem de trabalhos.

Começa por felicitar as festas do Pinhal Novo porque teve ocasião de ver lá muita gente de fora do concelho a visitar as festas. Quer, também, felicitar a representação de vinhos do concelho na Feira de Santarém. Mais uma vez teve ocasião de verificar as várias adegas do concelho que lá estiveram representadas e os excelentes vinhos num pavilhão da Câmara. Por fim gostaria de

referenciar a atribuição da Ordem de Mérito Agrícola a Leonor Freitas, porque tem um significado abrangente a todo o concelho. É o exemplo de como o concelho de Palmela é uma região de excelência de vinhos, com os melhores vinhos maduros do país. No fundo esta atribuição é para todo o concelho, sobretudo para todas as adegas e para todas as pessoas que fazem vinho.

Em relação à actividade municipal coloca algumas questões:

1 – Sobre a colocação de eco pontos refere que a AMARSUL tem os seus critérios para colocar eco-pontos em cada concelho, na proporção de um eco ponto para quatrocentos habitantes. Ao verificar os ecos pontos colocados em todo o concelho, seguindo essa proporcionalidade, existem os que são necessários estando distribuídos da seguinte forma: 56 eco pontos em Palmela, no Pinhal Novo 61, na Quinta do Anjo 25, no Poceirão 10 e em Marateca 11 eco pontos. Tendo em conta os resultados dos últimos censos, e o número actual de habitantes, pergunta à Sra. Presidente da Câmara porque é que trata tão mal o Poceirão.

2 - Em relação às obras que são apresentadas como já repavimentadas algumas ruas e outras que estão em fase de repavimentação, a propósito da questão colocada no dia 26 de Fevereiro sobre a necessidade de efectuar fiscalização das obras, generalizando a situação a todos o país. Na altura, por não ter percebido a generalização, o Sr. Vereador Adilo Costa sentiu-se incomodado, e aproveitou para fazer alguma demagogia, dizendo que a sua pessoa estava a incitar o uso de chicote com fiscais. Mais uma vez quer dizer ao Sr. Vereador Adilo Costa que tinha razão em ter feito a observação, porque já este ano foi pavimentado um aceiro, Rua António Albino, no Forninho com mil e quatrocentos metros de comprimento, adjudicado por mais de cento e oitenta mil euros, obra acabada em Janeiro e que poucos dias depois de estar pronta já tinha buracos e já estava a abater. Isto acontece porque os autarcas não vão ver as obras e porque a estrada parte-se nos aquedutos uma vez que as caixas de pedra que servem de protecção não estão colocadas.

A outra rua é da Escola, nas Lagameças, que está a ser asfaltada, pelo que pergunta ao Sr. Vereador Adilo Costa se acha normal que os moradores verifiquem que as tubagens das passagens de água não são as suficientes nas valetas junto às entradas dos portões das casas, que a dimensão dos tubos não é a suficiente para dar passagem à água quando há enchente e tenham que ir à Junta de Freguesia para resolver o problema. Já há muitos anos que houve os empreiteiros dizer que os estudos apresentados pelos técnicos das Câmaras, Governos e Institutos são só asneiras. Antigamente essa situação permitia-lhes ganhar muito dinheiro com os extras, actualmente com o limite de quinze por cento eles fazem de acordo com o caderno de encargos e as obras ficam mal feitas. Nestes casos ou as coisas não estão no caderno de encargos ou se estão não há fiscalização. O Sr. Vereador Adilo Costa como responsável pelas obras só tem que zelar para que seja tudo cumprido de modo a que as obras ao fim de dois ou três meses não estejam danificadas, porque o dinheiro que a Câmara tem para gastar não é da CDU é do erário público, é dinheiro de todos os portugueses.

Sr. António José Santos do PS, congratula-se pelo facto de, depois de muita insistência, a Sra. Presidente ter cumprido aquilo que tinha prometido endereçando convite aos Membros da Assembleia Municipal para estarem presentes na eleição da Rainha das Vindimas de Portugal.

Relativamente à situação laboral da fabrica da Autoeuropa, a localização em Palmela é unanimemente considerada uma mais valia para o território, para as pessoas, para a economia local, regional e nacional e para o desenvolvimento de informação do concelho.

Ao longo dos anos as negociações entre a comissão de trabalhadores e a administração da Autoeuropa foram consideradas boas práticas no campo do trabalho sindical pelo facto de reflectirem, por um lado, os imperativos da produtividade e sustentabilidade económica e, por outro, os direitos e os interesses do trabalhadores, mesmo daqueles com contratos mais precários.

Flexibilidade nas negociações, concertação e solidariedade social foram até à passada semana conceito operativos e efectivos. A recente ruptura nesta prática e a ausência de acordo decorrente da derrota da proposta da comissão de trabalhadores são, é, reconhecido nocivos para os trabalhadores, para a Autoeuropa e para o parque industrial dela dependente e com reflexos que poderão vir a ser negativos para Palmela e para o país.

O PS de Palmela saúda o empenho e a determinação dos trabalhadores da Autoeuropa na luta pela defesa dos seus interesses nunca esquecendo que têm sido exemplares na apresentação de propostas justas e equilibradas, defendendo o trabalho com rigor e qualidade técnica assumindo compromissos e deveres, mas exigindo direitos, cumprimento das obrigações contratuais e obrigando as administrações a respeitar e dignificar os trabalhadores e a premiar o seu esforço. Assim o Partido Socialista de Palmela lamenta a falência do acordo da passada semana em que interesses partidários se sobrepuseram ao interesse dos trabalhadores e defende o regresso à mesa das negociações, desejando que o equilíbrio e a confiança negocial adquiridas ao longo do tempo tenham condições de continuar no sentido de se conseguirem manter todos os postos de trabalho e dar continuidade à laboração da qualidade que os trabalhadores empenhadamente têm conseguido para a Autoeuropa.

Esta declaração deve de ser entregue à comissão de trabalhadores da Autoeuropa, à CGTP e à UGT.

Sr. Presidente da Mesa, diz achar óptimo que a declaração possa ser entregue pelo Partido Socialista à Autoeuropa. De imediato inicia o Período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que, apesar do adiantado da hora, não dispensa a apresentação da introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Terminada a apresentação do Relatório passa a responder às questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia Municipal.

Informa que vai solicitar aos técnicos para reverem o buraco à entrada de Brejos do Assa que, de acordo com as informações que tinham, foi reparado mas pelos vistos não da melhor forma. Nesse sentido irão ver o que é que se poderá fazer e o que deverá ser corrigido.

Contrariamente à crítica que o Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério fez, os aquedutos na obra que referiu estão devidamente dimensionados e se acontecer alguma coisa, de acordo com a fiscalização da obra, não deixarão de ser revistos dentro do prazo normal de garantia da obra.

Sobre a questão dos contentores o rácio é o que foi referido e é da inteira responsabilidade da AMARSUL, com as muitas chamadas de atenção, os muitos pedidos de novas colocações e até de rectificações em alguns locais, por parte da Câmara Municipal. Sendo esse o rácio não deixa de ser aferido, e de certa maneira ajustado à realidade local, em situações em que existem, por exemplo, uma ínfima concentração de população. Ainda assim não deixam de ter alguns ecos pontos em locais onde não existe uma concentração efectiva de quatrocentos habitantes.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, saúda o Sr. Arqt.º Rui Farinha pelo prémio recebido, não se retratando no mesmo, pessoalmente não gosta do tipo de arquitectura, e porque um prémio representa um conceito de um júri, regozijando-se enquanto habitante de Palmela que existam pessoas cujo trabalho seja reconhecido desta forma.

Diz que ouvir a Sra. Presidente é notável, e traz-lhe um sentimento contraditório. É notável porque fala com vigor, com uma cor e com uma intensidade que quase o faz acreditar naquilo que fala. Partilham dois modelos diferentes, com pontos comuns, e com certeza que a Sra. Presidente entenderá fazer o melhor por Palmela porque é uma pessoa determinada no modelo que defende como justo, só que esse modelo não é o seu modelo. É uma mulher de princípios, de causas, nas quais não se revê mas respeita. Com o tipo de discurso que tem quase que desarma a oposição sendo difícil não ser seduzido por algo que, em termos programáticos, não defende.

O documento da actividade municipal, período de 03 de Abril a 15 de Julho, não tem rigor porque pode-se ler na última folha, no 2.º parágrafo: *"…adjudicadas foram também a adaptação das instalações…",* Ora essa adjudicação foi feita em sessão de Câmara, na Quinta do Anjo, a 17 de Julho pelo que é necessário ter algum rigor naquilo que se faz, especialmente quando é escrito. E essa é a diferença, a Sra. Presidente quando fala entusiasma mas quando se analisa friamente aquilo que está escrito percebe-se que, de facto, o poeta é um fingidor.

Sr. Eduardo Pereira da CDU, Sra. Dra. Carla Oliveira e Sr. José Manuel Silvério do PS, retiram-se da sala cerca das 01,14 horas dando por terminada a participação na sessão.

Sr. António José Santos do PS, refere que a colocação dos ecos pontos é responsabilidade da AMARSUL mas, naturalmente, isso é feito em articulação com a Câmara Municipal. Normalmente os eco pontos são colocados onde as Câmaras Municipais indicam

porque não tinha sentido de outra maneira, até porque quando há novas urbanizações a AMARSUL não poderá colocar se não tiver essa informação das Câmaras Municipais.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que também está de acordo em relação ao elogio que o Sr. Dr. Miranda Lemos fez à Sra. Presidente.

Quanto às obras também dá razão ao PS, porque de facto é preciso fiscalizar bem as obras, é preciso fazer cumprir com aquilo que está no caderno de encargos porque é frequente haver abusos quando não se fiscaliza.

Faz um elogio à Câmara dizendo que foi resolvido o problema da Carregueira, referido por si em anterior sessão. Visitou a obra que a Câmara fez e dá os parabéns pelo que foi feito existindo apenas um problema relacionado com os esgotos para a vala que têm que ser terminados.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 01,25 horas do dia 26 de Junho de 2009, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 26 de Junho de 2009